



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

18.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- [EPITÁFIO DA GESTÃO PÚBLICA – O Popular](#)
- [EM MEIO A CRISE NA SAÚDE, CÂMARA DE GOIÂNIA FOCA EM BENEFÍCIO PRÓPRIO – O Popular](#)
- [UMA ELEIÇÃO SEM LULA E BOLSONARO? - Folha de São Paulo](#)
- [QUER IMPULSIONAR A ECONOMIA? INVISTA EM CIÊNCIA - Folha de São Paulo](#)
- [DATAFOLHA: CONFIANÇA NOS MILITARES RETOMA PIOR MARCA COM CRISE DA TRAMA GOLPISTA - Folha de São Paulo](#)
- [LIRA IGNORA ANISTIA DO 8/1 E FOCA PAUTA ECONÔMICA EM ÚLTIMA SEMANA NA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA - Folha de São Paulo](#)
- [MINISTRA DOS DIREITOS HUMANOS DEFENDE REESTRUTURAR FORMAÇÃO DE POLICIAIS APÓS CASOS DE VIOLÊNCIA - Folha de São Paulo](#)
- [É PRECISO CIVILIZAR NOSSAS FORÇAS ARMADAS - Folha de São Paulo](#)
- [NOVO PACOTE FISCAL VAI IMPACTAR BOLSO DO CIDADÃO BRASILEIRO – O Hoje](#)
- [PL DO SENADO APROFUNDA DEBATE SOBRE IA NA POLÍTICA – Correio Braziliense](#)
- [ATAQUES XENÓFOBOS AMEÇAM BRASILEIROS – Correio Braziliense](#)
- [GENERAL PRESO NÃO FAZ DEMOCRACIA – Correio Braziliense](#)
- [COMISSÃO DO CONGRESSO APROVA LDO DE 2025 SEM EXIGÊNCIA DE QUE GOVERNO PERSIGA CENTRO DA META FISCAL – Valor Econômico](#)
- [FUNDOS IMOBILIÁRIOS VENCEM NO CARF DISPUTA COM A RECEITA – Valor Econômico](#)
- [STF JULGA SE RECREIO DEVE SER INCLUÍDO NO CÁLCULO DE SALÁRIO – Valor Econômico](#)
- [OS DESAFIOS DAS EMPRESAS COM A ADVOCACIA PREDATÓRIA – Valor Econômico](#)
- [DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 18.12.2024 – PÁG. 03

Epitáfio da gestão pública

Samuel Balduino

A música Epitáfio dos Titãs descreve o lamento de um indivíduo que, diante da finitude da vida, não fez tudo que poderia. Guardada a devida proporção, é o sentimento de alguns gestores no fim de mandato. Esse fim traz também a preocupação com a análise das decisões tomadas.



Durante anos, a legislação brasileira permitiu erros judiciais graves: falhas técnicas ou decisões mal interpretadas resultavam em acusações de improbidade administrativa, mesmo sem intenção de prejudicar o erário. Esse cenário criou um ambiente de insegurança jurídica, afastando bons profissionais e cidadãos da política, com medo de que um simples erro pudesse arruinar suas reputações. A reforma da Lei de Improbidade Administrativa, sancionada pela Lei 14.230/21, trouxe um novo paradigma para a responsabilização dos agentes públicos. A principal mudança foi a exigência de dolo, ou seja, a intenção clara de cometer o ato ilícito, para que um agente público seja responsabilizado. A legislação deixou para trás a punição de falhas cometidas de boa-fé, garantindo que apenas atos dolosos, que visam causar danos ou enriquecer ilícitamente, sejam considerados improbidade administrativa.

Antes, as sanções por improbidade eram aplicadas de forma ampla, atingindo até gestores que cometiam erros não intencionais; falhas técnicas ou até mesmo aquelas que eram impostas a eles. Esse excesso de rigor gerou insegurança, desestimulando a participação de pessoas capacitadas na política. Com a exigência de dolo, espera-se que os gestores públicos, especialmente os novatos, sintam-se mais seguros ao assumir cargos, sabendo que não serão penalizados por erros sem a intenção de prejudicar a administração pública. Além disso, a lei deu ao Ministério Público a exclusividade para propor ações de improbidade e a possibilidade de celebrar acordos, o que pode acelerar a resolução de conflitos administrativos e aumentar a eficiência da gestão pública. O juiz agora também pode converter sanções em multas, aplicando penas proporcionais à gravidade do ato, tornando as punições mais justas.

Outro ponto importante da reforma é a definição de novos parâmetros para o julgamento dos atos administrativos. A norma esclarece que atos relacionados a nomeações ou indicações políticas, desde que não envolvam dolo, não serão mais considerados improbidade, o que oferece maior flexibilidade nas decisões políticas. Em casos de infrações menores, a punição poderá ser limitada a multas, além do ressarcimento dos danos causados, permitindo que erros sejam corrigidos sem penalizar excessivamente o gestor. Essa mudança representa um avanço significativo para um sistema mais justo e equilibrado, com o objetivo de evitar punições desproporcionais, especialmente em um contexto de gestão pública cada vez mais complexa.

Embora a exigência de dolo não seja um "cheque em branco" para atos ilícitos, ela estabelece um equilíbrio necessário entre responsabilizar gestores fraudulentos e proteger aqueles que cometem erros sem intenção de prejudicar. Espera-se que, com esse novo cenário, mais cidadãos bem-intencionados se sintam encorajados a participar da política, contribuindo para a melhoria da administração pública, deixando, assim, o gestor de contar apenas com o acaso para se proteger de responsabilização injusta.

JORNAL – O POPULAR – 18.12.2024 – PÁG. 04

Em meio a crise na Saúde, Câmara de Goiânia foca em benefício próprio

Em dia de nova operação da Polícia Civil, vereadores aprovam verba indenizatória e criação de cargos comissionados em primeira votação, com agilidade; parlamentares ainda articulam salário maior

Karla Araújo

Enquanto a Prefeitura de Goiânia enfrentou, nesta terça-feira (17), novo nível na escalada da crise que se instalou nos últimos meses da gestão do prefeito Rogério Cruz (SD) - com mais uma operação da Polícia Civil em investigação de suposto desvio de recursos da Saúde -, na Câmara, os vereadores aprovaram, em primeira votação no plenário, projeto de lei que



cria verba indenizatória de R\$ 15,5 mil. A ferramenta é uma nova fonte de financiamento dos mandatos. Com acordo firmado nos bastidores e interesse dos parlamentares em terem acesso ao reembolso, o projeto de lei avança sem debate e com celeridade pelos trâmites burocráticos da Casa, sob justificativa de atender demandas de prestação de serviços à população.

Se a matéria for aprovada em definitivo, a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, a verba indenizatória, vai se somar a outro instrumento que os vereadores já têm para desenvolvimento dos mandatos. Cada um tem direito a R\$ 103,2 mil por mês de verba de gabinete, para pagamento de funcionários que trabalham diretamente com eles. Os gabinetes podem ter de 10 a 25 trabalhadores, com salários que variam de R\$ 1,3 mil a R\$ 9,9 mil, sendo o maior valor para o chefe de gabinete. Além da verba indenizatória, o mesmo projeto de lei também cria 160 novos cargos comissionados e 18 unidades e funções administrativas. Consta nos anexos do projeto que o impacto financeiro geral é de R\$ 13,5 milhões, valor que corresponde a 5% do duodécimo previsto na proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, de R\$ 266,7 milhões.

Neste cenário, o Giro mostrou que um grupo de vereadores busca consenso para votar também um aumento salarial de R\$ 20,7 mil para R\$ 24,7 mil. Nos bastidores, a informação é que, ao discutir a verba indenizatória, o reajuste no salário também foi colocado na mesa, mas houve resistência do presidente da Câmara, Romário Policarpo (PRD). O projeto de lei que trata sobre a verba indenizatória prevê que o valor

corresponderá a 75% do salário base dos vereadores. Ou seja, um reajuste neste patamar poderia elevar o valor mensal de indenizações para cerca de R\$ 18 mil.

Em entrevista coletiva nesta terça, Policarpo afirmou que não foi procurado por outros vereadores para tratar sobre reajuste salarial. O presidente disse que, em sua avaliação, não há tempo suficiente para votar um projeto deste tipo em 2024. "Um aumento como esse teria que ter um estudo de impacto financeiro. E mexeria na estrutura hoje, inclusive, de limite prudencial que a Câmara tem em relação a funcionários. Então, não acredito que isso prospere", declarou Policarpo. Dados do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO), publicados em certidão assinada pelo presidente da corte, Joaquim de Castro, em 8 de novembro deste ano, mostram que, até o segundo quadrimestre de 2024, a despesa com pessoal do Legislativo goianiense foi de R\$ 163 milhões, que corresponde a 2% da receita corrente líquida (RCL) do município, e, portanto, dentro do limite máximo de 6% que é estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Contratos

Quanto à verba indenizatória, Policarpo disse que se trata de "uma modelagem diferente de pagamento" de serviços que já são quitados atualmente pela administração Câmara, como combustível, passagens e participação de palestras. Segundo o presidente, com a criação da cota, os contratos relacionados a esses produtos e serviços serão extintos. No entanto, com a verba indenizatória, os vereadores também poderão receber reembolso por despesas com escritórios políticos em suas bases eleitorais.

O recurso poderá ser empregado em locação de imóveis, condomínio, tributos, telefone, energia elétrica, água, esgoto, internet, entre outros. Policarpo ainda relacionou as mudanças gerais do projeto, como a criação de cargos, à necessidade de aumentar a estrutura da Casa, que terá 37 vereadores a partir de 2025. "A Prefeitura tem a sua estrutura, nós também temos a nossa. E o que nós fazemos aqui sempre é feito ao final de cada legislatura, pelo menos desde que eu estou aqui. É a ampliação da estrutura para que os serviços, que nós entendemos que são necessários, possam funcionar melhor", disse.

Duodécimo

O presidente destacou que não existe aumento no valor que é repassado pela Prefeitura à Câmara e que sua gestão devolve recursos do duodécimo ao Tesouro Municipal. Dados do Portal da Transparência da Câmara mostram que, até setembro deste ano, a Câmara devolveu R\$ 4 milhões ao Paço. Segundo Policarpo, o restante do valor economizado em 2024 será repassado em 31 de dezembro, beneficiando o prefeito eleito Sandro Mabel (UB). "Tomamos essa decisão de só fazer o restante da devolução no dia 31, haja vista que a nova gestão assume no dia 1º de janeiro, e a conversa foi para que essa devolução fosse feita apenas no dia 31", declarou.

No ano passado, R\$ 11 milhões do duodécimo voltaram ao cofre da Prefeitura. No entanto, no início deste ano, R\$ 2 milhões desta sobra foram repassados ao Atlético Clube Goianiense, Goiânia Esporte Clube, Goiás Esporte Clube e Vila Nova Futebol Clube como patrocínio durante o Campeonato Goiano. Em contrapartida, houve propagandas da Prefeitura nos jogos, principalmente do programa Centraliza, que prevê a requalificação do Centro de Goiânia, mas teve apenas ações tímidas implementadas. O projeto de lei que

cria medidas para a efetiva criação do Centraliza continua parado na Câmara. Policarpo é membro da diretoria do Vila Nova. Cruz tem entre seus secretários nomes ligados à diretoria do Atlético.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.12.2024 – PÁG. A3

Uma eleição sem Lula e Bolsonaro?

Argumento da idade poderá tirar petista da disputa; capitão reformado já está legalmente impedido de concorrer e poderá estar preso



Em 2026 poderemos ter uma eleição presidencial sem Lula e Jair Bolsonaro. Pelo lado de Lula, a situação é delicada. Até onde a vista alcança, ele terá condições objetivas de concorrer à reeleição, mas a idade poderá revelar-se um empecilho. O episódio de hemorragia cerebral por que ele passou está fortemente relacionado à idade.

Se os EUA servem de prévia, foi o número de velas no bolo que inviabilizou a candidatura de Biden. Aliás, o próprio Lula disse várias vezes na campanha de 2022 que estaria velho demais para um quarto mandato. E o problema é que Lula não tem sucessor óbvio no PT. Para manter-se como líder incontestado do partido, ele trabalhou ativamente para que não surgisse nenhum. O mais perto que há de um candidato natural é Fernando Haddad, mas, por ocupar a posição de ministro da Fazenda, sua viabilidade eleitoral está indissociavelmente ligada ao desempenho da economia. E é o próprio Lula e as alas mais ideológicas do PT que vêm contribuindo para turvar o cenário que favoreceria Haddad.

Já nas hostes bolsonaristas, a ausência do capitão reformado é quase uma certeza. São irrisórias as chances de ocorrer uma reviravolta judicial que lhe restitua o direito de pleitear cargos eletivos. É mais verossímil imaginá-lo atrás das grades do que na chapa presidencial. Resta saber qual será o nome da direita na disputa. Pode ser alguém tão ruim quanto Bolsonaro. Pense em Eduardo Bolsonaro ou em Pablo Marçal. Mas também pode ser um candidato que abraça a pauta conservadora, mas não os elementos antissistema da agenda bolsonarista.

Na democracia, devemos estar prontos a aceitar a vitória de ideias que desprezamos, desde que haja compromisso com a manutenção das regras do jogo e com um núcleo básico de direitos e garantias —o pacote liberal. Infelizmente, não dá para descartar cenários ainda mais distópicos. Imagine uma teocrática presidenta Michelle Bolsonaro convocando cadeia de rádio e TV e falando em línguas com a população. O fundo do poço sempre pode ter um alçapão. Os americanos estão prestes a passar por ele.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.12.2024 – PÁG. A4

Quer impulsionar a economia? Invista em ciência

Ameaçada pelo ajuste fiscal, garantia de recursos está nas mãos do Congresso e não pode vir apenas após pressão da comunidade científica

Helen B. Nader / Renato Janine Ribeiro

Ciência não é gasto, é investimento. O mundo inteiro sabe, menos o Brasil. A União Europeia trabalha na reformulação de um programa multibilionário de pesquisa colaborativa para ajudar a deter o declínio econômico e tecnológico do bloco. Os Estados Unidos aumentaram investimentos em tecnologias críticas e emergentes, como inteligência artificial e computação quântica, para manter a competitividade global. A China vem ampliando o total aplicado em ciência, chegando a 2,5% do PIB —há 30 anos, aplicava 0,5%.



Não são iniciativas ao acaso. Há fartas evidências de que o investimento em ciência e tecnologia aumenta a produtividade, fator que ajuda a elevar os níveis de renda. Países como Coreia do Sul, Inglaterra e outros que se destacam em inovação vêm ampliando aportes em pesquisa e desenvolvimento —e em ritmo superior ao Brasil, que investe apenas 1,2% do PIB. Para piorar, temos outros sinais de alerta. O país caiu em 2024 de 49º para 50º no ranking do Índice Global de Inovação, que compara o progresso científico e tecnológico entre países. E a publicação de artigos científicos registrou a segunda queda consecutiva: diminuição de 7,2% em 2023 em relação a 2022.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) é hoje a principal fonte pública de financiamento à ciência, tecnologia e inovação —setores dos quais depende o progresso nacional. Vêm do FNDCT recursos para apostas como o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial e projetos como o Sirius (acelerador de partículas), RMB (reator que terá impacto na medicina e indústria) e outros. Neste ano, o valor do fundo foi de R\$ 12,7 bilhões, aumento de 27% em relação a 2023. Para 2025, o cenário é incerto. Nos últimos meses, enfrentamos ameaças de cortes devido ao ajuste fiscal —o qual prevê medidas como a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União, o que pode afetar o FNDCT. A garantia de recursos depende agora do Congresso.

Vale dizer que, embora importante, o FNDCT não pode ser a única fonte de financiamento da ciência. Sua missão original era complementar as finanças. Nesse sentido, preocupa também a possibilidade de redução no orçamento para unidades de pesquisa e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) em 2025. Enquanto países desenvolvidos elevam investimentos, continuamos a garantir

recursos aos solavancos, após pressão da comunidade científica. Um país que enfrenta enchentes no Sul e seca na Amazônia não pode relegar a ciência à mera despesa. A negligência em relação à área enfraquece nossa capacidade econômica, subestima nosso potencial para inovação e mina nossa competitividade. De quebra, estimula a "fuga de cérebros" para outros países.

Após anos de limitação de recursos para a pesquisa científica, houve melhora recente e temos nova chance de estimulá-la. Daí as ameaças de reduzir recursos serem tão graves. Se quisermos que o Brasil desenvolva seus potenciais econômicos e sociais, precisamos olhar para a ciência. Não podemos continuar a terceirizar descobertas e inovações. O Congresso Nacional pode reverter essa situação e colocar o Brasil na rota correta

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.12.2024 – PÁG. A8

Datafolha: confiança nos militares retoma pior marca com crise da trama golpista

Forças Armadas ainda são instituição mais confiável; desconfiança da imprensa cai

Igor Gielow



As Forças Armadas seguem sendo a instituição mais confiável aos olhos dos brasileiros, mas, em quase nove meses, essa avaliação voltou ao pior nível numérico da série iniciada pelo Datafolha em 2017. No período entre a pesquisa anterior, de março, e a atual, completada com 2.002 entrevistas nos dias 12 e 13 de dezembro, a confiança nos militares oscilou de 37% para 34%, enquanto a desconfiança foi de 23% para 24%. Já os que disseram confiar um pouco nos fardados foram de 39% para 40%.

É um quadro de estabilidade dentro da margem de erro de dois pontos para mais ou menos, mas a curva nominal voltou ao índice aferido em setembro de 2023. No auge do prestígio, no começo do governo de Jair Bolsonaro (PL) em 2019, as Forças eram vistas como confiáveis por 45%. O cenário coincide com a enxurrada de revelações acerca da trama golpista que tentou manter, segundo a Polícia Federal, Bolsonaro no poder após a derrota para Lula (PT) no segundo turno de 2022. Dos 40 indiciados até aqui, 28 são fardados, a maioria do mesmo Exército ao qual o então presidente serviu e cuja imagem buscou no cargo.

No final de semana, o enredo adensou-se ainda mais, com a primeira prisão de um general de quatro estrelas por autoridades civis num processo judicial regular da história brasileira. Walter Braga Netto, que chegou ao topo da hierarquia do Exército, foi ministro da Casa Civil e da Defesa de Bolsonaro, de quem foi candidato a vice na chapa de 2022. O Datafolha questionou acerca do grau de confiança em outras nove instituições. No geral, houve estabilidade ante o resultado aferido em março.

No caso da imprensa, a confiança dos brasileiros oscilou de 20% para 22%, já a desconfiança caiu de 34% para 28%. Quem diz confiar um pouco na instituição foi de 45% para 48%.

Metade dos brasileiros não confia nem em redes sociais (49%) nem em partidos políticos (50%). Já dizem confiar nas redes meros 7%, enquanto 43% o fazem um pouco, índices semelhantes aos das agremiações: 6% e 42%, respectivamente. O Congresso também não se sai bem: 42% não confiam na instituição, ante 11% que dizem o contrário. No meio do caminho, estão 46%. A Presidência está um pouco melhor na foto: com 36%, 24% e 40%, respectivamente.

São índices fracos, mas bem menos piores do que no momento de maior erosão institucional, no segundo ano do governo tampão de Michel Temer (MDB), quando rejeitavam confiar no Planalto 64% e nas Casas do Legislativo, 67%. Partidos políticos eram inconfiáveis para 68%. Já o sistema de Justiça segue com avaliação mediana. Não confiam no Supremo Tribunal Federal 38%, ante 24% que confiam. Outros 35% ficam na coluna do meio. O Judiciário como um todo marca 28%, 24% e 46%, enquanto o Ministério Público registra 25%, 24% e 49%, respectivamente. Por fim, as grandes empresas ficam numa posição um pouco mais confortável. Para 52%, elas são um pouco confiáveis, enquanto 26% as veem como totalmente confiáveis, e 20%, um pouco.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.12.2024 – PÁG. A9

Lira ignora anistia do 8/1 e foca pauta econômica em última semana na presidência da Câmara

Deputado afirmou que resolveria imbróglia no seu mandato; ano legislativo se encerra no domingo

Victoria Azevedo

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ignorou a promessa que ele mesmo fez de que resolveria, ainda em seu mandato, o imbróglia acerca do projeto de lei que concede anistia aos acusados pelos ataques golpistas do 8 de janeiro. O Congresso entra em recesso no fim de semana. Na volta, em fevereiro, há imediatamente eleição para presidentes da Câmara e do Senado. A última semana de atividades com o parlamentar na presidência da Casa será voltada à pauta econômica.

Nesta terça-feira (17), por exemplo, o plenário da Casa analisava no início da noite o projeto da regulamentação da reforma tributária. A Casa deveria votar, ainda, o pacote de corte de gastos do governo federal —um projeto de lei complementar, um projeto de lei e uma PEC (proposta de emenda à Constituição)—, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária), entre outros. Além disso, Lira afirmou na semana passada que tentará incluir na pauta de votações matérias relativas ao turismo. Três





CLIPPING

DATA

18.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

9 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

políticos próximos ao presidente da Câmara dizem que Lira não tratou mais do projeto de anistia com os líderes da Casa e que isso saiu do radar de votações. O presidente da Câmara foi procurado, via assessoria de imprensa, mas não respondeu. Em 28 de outubro, o parlamentar retirou o projeto da anistia da pauta da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), onde seria votada no dia seguinte, e anunciou a criação de uma comissão especial. Até o momento, no entanto, Lira não oficiou os líderes partidários para que eles indiquem representantes nessa comissão especial.

O objetivo do presidente da Câmara com a comissão era evitar que as negociações em torno de sua sucessão fossem contaminadas pela discussão do projeto e ainda conseguir apoio do PT de Lula e do PL de Jair Bolsonaro (os dois maiores partidos da Câmara) em torno de seu candidato na disputa, Hugo Motta (Republicanos-PB). O PL queria o compromisso do futuro presidente de que a proposta caminharia na Casa. Já o PT era frontalmente contra e não queria sequer que o projeto fosse pautado em plenário. Hoje, Hugo tem sua candidatura consolidada e deverá ser eleito sem dificuldades em fevereiro. Apesar de evitar se posicionar acerca do projeto de lei, aliados afirmam que esse é um dos assuntos que deverá ser enfrentado na gestão do líder do Republicanos.

Dois aliados de Lira afirmam, sob reserva, que não há mais clima para discutir anistia após explosões em frente ao prédio do STF (Supremo Tribunal Federal), em Brasília, em 13 de novembro. Essa avaliação é compartilhada por deputados até mesmo da oposição, que são defensores da proposta. Como a Folha mostrou, horas após as explosões, parlamentares bolsonaristas falaram que o episódio iria prejudicar a tramitação do projeto de lei. Lira afirmou em entrevista à Folha, no dia 30 de outubro, que daria uma solução ao projeto ainda durante o seu mandato. "Um tema sensível como esse, por tudo que aconteceu, por tudo que está acontecendo, estava inapropriadamente sendo usado. Conversei tanto com um partido quanto com outro. Nós vamos dar a solução para isso dentro do meu mandato", afirmou. Naquele momento, ao ser questionado como resolveria a situação, respondeu: "Como sempre eu faço, conversando e ouvindo muito". Um líder governista diz reconhece que o PL e partidos da oposição farão pressão para retomar essa discussão, diante da possibilidade de incluir na proposta a anistia ao ex-presidente Bolsonaro, para que ele possa concorrer em 2026.

Líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ), disse à reportagem, no entanto, que acredita que Lira vai cumprir com sua palavra e "contribuir" para que o projeto seja votado, mesmo que fora da cadeira de presidente da Casa. "Acredito na palavra do presidente Arthur Lira. Mesmo após deixar a presidência tenho certeza que ele vai contribuir para que a anistia seja apreciada e seja votada como ele se comprometeu", diz. A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), afirma que o partido continuará defendendo o arquivamento do projeto. "Não faz sentido sequer discuti-lo diante de tantas revelações graves que tivemos nos últimos dias. Vamos conversar com os demais partidos na Casa."

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.12.2024 – PÁG. A36

Ministra dos Direitos Humanos defende reestruturar formação de policiais após casos de violência

Macaé Evaristo critica formação das forças de segurança e diz que agente olha para o cidadão como inimigo

Paulo Saldaña

O aumento de relatos de violência policial tem preocupado o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do governo Lula (PT). A titular da pasta, Macaé Evaristo, afirma que os episódios revelam problemas na formação das forças policiais, e que deve haver mudanças. Para ela, há uma realidade na qual o policial olha para o cidadão como inimigo. Em entrevista à Folha, Macaé diz que a pasta quer participar das discussões para a reestruturações dos cursos de formação das polícias, inclusive no governo de São Paulo, onde o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) enfrenta uma crise relacionada a casos de violência envolvendo policiais militares. "Há uma incorreção na formação das nossas forças policiais, ela não olha para cidadão brasileiro como cidadão. Olha como o inimigo", disse.



"Nós gostaríamos e queremos muito sentar na mesa para debater a formação dos policiais. E temos com o que contribuir. Nós queremos participar, esse é o recado", disse ela, após ser questionada sobre a situação específica de São Paulo. Ao menos dois PMs paulistas foram presos em um intervalo de uma semana. Um deles, que estava de folga, por matar um homem com 11 tiros pelas costas. E um outro por jogar um homem em um córrego. Ambos os casos ocorreram na zona sul e a poucos quilômetros de distância um do outro. Na mesma esteira, policiais militares foram afastados por agredir uma idosa e por envolvimento na ocorrência que resultou

no homem lançado no rio. Há três semanas o estudante de medicina Marco Aurélio Cardenas Acosta, 22, foi morto por um PM dentro de um hotel na Vila Mariana, zona sul da capital.

A ministra ressaltou que a reformulação do modelo de formação das policiais tem de vir acompanhada da ampliação da participação nas discussões sobre o tema. A pasta tem dialogado, segundo ela, com o Ministério da Justiça e com o Conselho Nacional de Justiça, para colaborar em futuras resoluções e orientações sobre o tema. "A segurança pública é direito de todos, por isso precisa ter participação ampla", diz. "Muitas vezes esse debate é capturado somente pela corporação. É importante ouvir as comunidades, ouvir os bairros, ouvir as associações comunitárias. Até para que se possa pensar na nossa capacidade de reformulação". As preocupações com a segurança pública sob o ponto de vista dos direitos humanos têm estado presente na pasta os últimos meses, segundo a ministra.

"A marca que eu gostaria de deixar no ministério é trazer a sociedade brasileira para refletir sobre o que é direitos humanos e sair de uma visão, para mim muito restrita e que foi construída, de que direitos humanos é uma pauta para defender bandidos", afirma. De acordo com ela, quando a pasta debate segurança pública é

pelo entendimento de que todas as pessoas têm o direito a ela. "A gente debate porque precisa da segurança pública. Agora, a segurança pública não pode me enxergar como inimigo". Macaé Evaristo está à frente do ministério desde setembro, após a saída de Sílvio Almeida por causa de denúncias sobre assédio sexual. Encontrou uma pasta fragilizada pelo escândalo, incluindo denúncias internas de assédio, e desafios de orçamento. Sob sua gestão, houve demissões e há planos de outras mudanças. "Sobre assédio, eu preciso dizer que isso não é uma prerrogativa só do que aconteceu aqui."

O assédio é uma questão que a sociedade brasileira vai ter que lidar porque, durante muito tempo, isso aconteceu só que era normalizado. Acontecia nos governos, acontecia no setor privado, acontece dentro das igrejas e a sociedade avança e por isso não é mais tolerado", diz.

Além de trocas de equipe, Macaé afirma que uma das primeiras áreas reorganizada foi ouvidoria "para efetivamente a gente poder dar tratamento a essa situação". A questão orçamentária, por outro lado, ainda é desafiadora. O governo enviou ao Congresso a PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2025 com previsão de aumento do valor total destinado à pasta, mas isso reflete alta de apenas uma das ações da pasta, como mostrou a coluna Painel. A rubrica para o programa de promoção dos Direitos da População em Situação de Rua saltou de R\$ 2,96 milhões em 2024 para R\$ 35,6 milhões em 2025. O aumento se deu por ações previstas no Plano Nacional Ruas Visíveis. Outras frentes tiveram reduções, como as relacionadas a crianças e adolescentes, idosos e o programa de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+.

A ministra reforçou a importância da política voltada a pessoas em situação de rua, mas reconhece que a disponibilidade de recursos é baixa. "Nós queremos aumentar o orçamento", diz. "Estamos lutando lá [no Congresso] com emendas. Porque também a gente tem que dizer isso, que o orçamento hoje é um tanto capturado pelo Legislativo". Como a agenda dos direitos humanos perpassa outras áreas, a ministra ressaltou a intersecção com outras pastas e que muito do que poderia ser o orçamento do Ministério dos Direitos Humanos, aparece nas ações de outras pastas, como a da Saúde e da Educação.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.12.2024 – PÁG. B8

É preciso civilizar nossas Forças Armadas

Mentalidade militar parece não ter absorvido os valores e as regras do jogo da democracia

Wilson Gomes

A prisão preventiva de um general de quatro estrelas, profundamente envolvido no planejamento, produção e execução de um golpe de Estado, é apenas mais um episódio no processo de destruição da imagem pública das Forças Armadas do país. Curioso é que se há algo a que os militares costumam atribuir grande valor é precisamente à imagem da instituição.





CLIPPING

DATA

18.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Não existe corporação militar que não considere um imperativo moral e uma responsabilidade de cada membro defender e preservar o nome, a honra e a reputação da Força à qual pertence.

Se, no atual ciclo político, as Forças Armadas chegaram a gozar de boa fama, impulsionadas pelo revisionismo histórico necessário para levar Bolsonaro ao poder na condição reivindicada de "militar", hoje sofrem um revés enorme. A instituição vê sua imagem desmoronar à medida que seus protagonistas se tornam alvos de investigações policiais, acusados de crimes gravíssimos contra a pátria e a Constituição que juraram defender. É tanto general, almirante e coronel a arrastar para a lama do golpismo mais vulgar a reputação da "família militar" que não há esforço de relações públicas capaz de produzir novamente um conceito elevado dos militares brasileiros, pelo menos em curto prazo.

Na verdade, a imagem dos militares brasileiros sempre foi negativa quando o assunto é governo e política. Essa má reputação se deve ao fato de que muitas vezes, na nossa relativamente curta história republicana, as Forças Armadas não se contiveram nos limites que lhes são reservados por constituições democráticas e avançaram para tomar o poder político por meio de tropas, tanques e fuzis.

E novamente se confirma a impressão de que nossas Forças Armadas cultivam uma mentalidade tão arcaica e regressiva sobre a própria identidade que mal se contém nos limites de um modelo republicano de Estado. Trata-se de mentalidade certamente projetada para um regime político que não é liberal nem democrático. Não incorporaram do liberalismo a noção de uma sociedade de direitos e liberdades, de divisão de Poderes, de Estado de Direito. Tampouco absorveram da democracia a ideia de soberania popular ou respeito à vontade da maioria.

As Forças Armadas parecem estar sempre se debatendo contra as paredes da democracia liberal, tentando achar uma brecha, arrebentar uma porta ou escapar por uma janela que algum esperto, como Bolsonaro, faz questão de deixar aberta. A história nos ensina que, assim que vislumbram uma oportunidade, a ideia que logo lhes ocorre é arrebentar a democracia e tomar o poder na marra. Meu pai, nascido nos anos 1920, viveu sob duas ditaduras. Eu, nascido nos anos 1960, passei minhas duas primeiras décadas sob uma ditadura. Agora descubro que, por muito pouco, não apenas empataria minha disputa privada com meu velho como também veria meu filho, nascido no século 21, manter a tradição familiar de viver sob autocratas.

Isso é espantoso. Não há registro de um país civilizado moderno onde militares tenham sido capazes de proporcionar ditaduras a três gerações consecutivas da mesma família. Só nos resta supor que alguma coisa deve estar muito fora da ordem republicana nas Forças Armadas brasileiras. Em que país de democracia consolidada governos civis precisam temer que generais e almirantes tenham o atrevimento de tomar o poder político na bala ou na ameaça? Isso é típico de republiquetas. No Brasil, contudo, o costume dita que se espere um golpe ou tentativa de golpe, sempre com participação militar, ao menos a cada geração. E isso só é possível porque a mentalidade militar brasileira não parece ter absorvido os valores, princípios e regras do jogo da democracia liberal. Não sabe o seu lugar à mesa republicana.

Afinal, não pode ser mera coincidência essa obsessão mal contida por golpes e ditaduras. Uma mentalidade assim tão persistente há de ter sido cultivada e ensinada; precisa estar incrustada no DNA institucional, ser transmitida na doutrinação oferecida aos seus membros, integrar o código de honra das corporações. Diante disso, temos apenas duas alternativas: ou os militares brasileiros resolvem suas incompatibilidades com a democracia liberal, dobrando-se a ela, ou os filhos dos nossos filhos terão que testemunhar mais uma

tentativa de golpe em dez ou 20 anos. Vimos aonde nos levou o esforço do bolsonarismo para militarizar o governo; a lição apreendida, porém, é que a nossa democracia nunca será realmente estável se não trocarmos a militarização da vida pública pela civilização das nossas Forças Armadas.

JORNAL – O HOJE – 18.12.2024 – PÁG. 04

Novo pacote fiscal vai impactar bolso do cidadão brasileiro

Leticia Leite



Com o objetivo de ajustar o aumento das despesas governamentais nos próximos anos e prolongar a validade do sistema fiscal implementado desde o ano anterior, o governo anunciou no último mês, um pacote de corte de gastos obrigatórios. Segundo a equipe econômica, essa estimativa é de R\$ 70 bilhões em um período de dois anos, sendo R\$ 30 bilhões para 2025 e R\$ 40 bilhões para 2026. Entre os principais aspectos da proposta de contenção de gastos estão a diminuição a médio prazo do abono salarial e um teto no reajuste do salário mínimo. Para distribuir o efeito dos cortes entre

os mais ricos, o governo sugere eliminar brechas que contornam o teto dos supersalários no setor público e reformar a aposentadoria dos militares. O pacote também inclui a restrição na concessão de incentivos fiscais enquanto as finanças do governo estiverem em déficit e um limite no crescimento das emendas parlamentares.

Para amenizar o impacto político das reduções de gastos obrigatórios, o governo apresentará uma proposta para aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil, em troca de uma alíquota efetiva de 10% para aqueles que ganham mais de R\$ 50 mil mensais. Segundo o economista Luiz Carlos Ongaratto, os 70 bilhões que foram anunciados em corte de gastos, na verdade são diminuições de aumento. “Essa proposta não tem tanto impacto positivo na economia porque não é uma proposta de redução de gastos, que era isso que era esperado. Com uma redução de gastos efetiva, você tem uma tendência de diminuir a inflação, você dá um sinal positivo a todos”, relata. Em relação aos impactos no bolso do cidadão, ele confirma que será muito pequeno. “Especialmente com o salário mínimo, aquele funcionário que recebe o salário mínimo ou tem a sua remuneração atrelada ao salário mínimo, ele vai ter um limite de aumento em relação ao crescimento da economia, o PIB. Então existe um aumento de compensação da inflação então ele não perde a renda mas ele também tem esse aumento limitado devido ao cenário econômico”, destaca.

Outro ponto destacado é o do abono salarial. “Não tem tanto detalhamento sobre essa política que pode influenciar aquelas pessoas que receberam uma renda mais baixa nos últimos anos”, afirma. A ata da reunião mais recente do Comitê de Política Monetária (Copom) foi divulgada na manhã da terça-feira, 17 de dezembro. O documento informa que a taxa Selic foi elevada em um ponto percentual, estabelecendo os juros básicos em 12,25% ao ano. A taxa Selic é a taxa básica de juros da economia, que influencia outras taxas de juros do país, como taxas de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. A definição da

taxa Selic é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação. Na ata, o Copom explicou o motivo do aumento da Selic.

De acordo com a instituição, foi realizada uma avaliação do cenário econômico, levando em conta principalmente a alta contínua do dólar nos últimos tempos e as reações desfavoráveis ao pacote de cortes de gastos que o governo federal busca aprovar ainda este ano. Em resposta a esse aumento da taxa Selic, o dólar subiu rapidamente, alcançando R\$ 6,18 às 8h30 da manhã. O Banco Central analisou que a recente alta do dólar — que superou R\$ 6 — e as impressões do mercado sobre o pacote fiscal divulgado pelo governo foram elementos cruciais para a necessidade de um ajuste nas taxas de juros.

Segundo o relatório, a escolha foi impulsionada pela "deterioração adicional" do panorama inflacionário, em decorrência da valorização do dólar, pressões sobre os preços dos ativos e expectativas negativas em relação à inflação. O economista explica que quando se passa um sinal de diminuição de credibilidade no Brasil, com contas descontroladas, os estrangeiros não querem manter o seu dinheiro atrelado ao país. “Toda vez que tem capital estrangeiro e a gente tem uma inflação descontrolada, uma inflação elevada, perde-se valor o investimento no Brasil. Então, esse capital sai”, finaliza.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 18.12.2024 – PÁG. 08

PL do Senado aprofunda debate sobre IA na política

Substitutivo do senador Eduardo Gomes estabelece normas para desenvolver, implementar e usar responsabilmente a inteligência artificial. Porém, pesquisa adverte a respeito dos riscos que representa à cidadania e aos processos eleitorais

Renato Souza / Iago Mac Cord

O Senado aprovou, simbolicamente em 10 de dezembro, o substitutivo do senador Eduardo Gomes (PL-TO) que estabelece normas gerais para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial. O texto baseia-se no Projeto de Lei (PL) 2.338/23, de autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Porém, são várias as dúvidas e desconfianças sobre a aplicação da IA, sobretudo na política — conforme constata o relatório DemocracIA: Percepções sobre inteligência artificial e democracia em Argentina, Brasil, Colômbia e México.



A pesquisa, que entrevistou 4.003 cidadãos — 1 mil da Colômbia e 1.001 dos demais países —, foi desenvolvida pelo Instituto Ipsos a pedido da Luminare, e foi apresentada em 9 de dezembro. O levantamento constatou que apenas 28% dos entrevistados julgam os governos capazes de lidar com os desafios trazidos pelas IAs. No México, esse índice é de 33% e a desconfiança maior é entre os colombianos (23%). O levantamento mostra que 55% das pessoas acreditam



CLIPPING

DATA

18.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

15 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

que a regulamentação da IA seria o melhor caminho — dos países pesquisados, o maior percentual é verificado no México (63%).

Bruno Cardoso, professor de sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits/UFRJ), explica que a maior dificuldade para um marco regulatório é a "desconexão entre o tempo da lei e o da transformação da tecnologia de IA". Ele observa que é possível que a legislação nasça "obsoleta" e contenha várias lacunas que permitam crimes e práticas perigosas. "Limites à criatividade e à inovação não têm sido um problema tão grave quanto aos relacionados à falta de regulação das tecnologias digitais, da internet, e que ainda estamos começando a compreender. No caso da IA, essa questão é ainda mais importante, pela velocidade de desenvolvimento, mas também por sua aplicabilidade em quase tudo", observa Cardoso.

O senador Eduardo Gomes, porém, diminui a importância de tais preocupações. "Precisamos ter a mente aberta e o coração tranquilo para entender que essa é uma realidade que não muda mais, e que teremos de lidar com a inteligência artificial e seus defeitos. Essa convivência faz parte da evolução", salienta. O relatório do Instituto Ipsos, porém, considera que a IA tem um lado preocupante, que não pode ser negligenciado. A pesquisa constatou que 55% dos latino-americanos consideram inaceitável que os governos utilizem a inteligência artificial para monitorar o que as pessoas dizem on-line. É a mesma tendência observada no que diz respeito à polarização — 43% dos entrevistados creem que conteúdos gerados pela ferramenta podem intensificar a polarização. Mas as dúvidas não terminam aí. Quarenta por cento dos ouvidos na pesquisa dizem que IA pode afetar a imparcialidade e integridade eleitoral. "A população está preocupada com fake news em eleições porque as IA não são sentidas como algo que surge do nada, mas que são mais uma etapa do que se pode chamar de 'digital', ou 'da internet'. E nos últimos anos, a internet tem sido vista como um risco para as relações e para a política", adverte Cardoso.

STF tem auxílio de "Maria"

O Supremo Tribunal Federal (STF) lançou, na segunda-feira, o Módulo de Apoio para Redação com Inteligência Artificial ("Maria"). Trata-se de um sistema de inteligência artificial com três finalidades: elaboração de resumos de votos, elaboração de relatórios em reclamações à Corte (as RCLs). A ideia é auxiliar o trabalho de ministros, servidores e colaboradores. O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, frisou, no lançamento da ferramenta, que "o Brasil tem 83 milhões de processos em andamento. Portanto, se nós não nos socorremos da tecnologia, não teremos condição de fazer a prestação jurisdicional". No lançamento do "Maria", ele interagiu com um robô que representa fisicamente o módulo de IA.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 18.12.2024 – PÁG. 12

Ataques xenófobos ameaçam brasileiros

Se, evidentemente, é impossível frear 100% dos casos de violência, o Itamaraty deve prestar suporte aos brasileiros agredidos

Adolescente agredido em uma escola em Aveiro, Portugal. Entregadores de comida perseguidos e espancados nas imediações de Dublin, na Irlanda. Mulher vítima de golpes de canivete em Massachusetts, nos Estados Unidos. Todos esses casos têm uma circunstância em comum: os alvos são brasileiros que vivem fora do país e são vítimas da xenofobia. O que nasce como um ideal — a busca por uma vida melhor fora do país, por exemplo — pode encontrar desafios não planejados. No caso de Aveiro, um elemento a mais compõe a cena: o racismo. O estudante brasileiro de 16 anos foi chamado de "macaco" e "preto" e, na sequência, agredido fisicamente. "Colegas" gravaram toda a atrocidade.



Na Irlanda, o modus operandi é conhecido. As emboscadas armadas, com uso até de barras de ferros, são protagonizadas por xenófobos em bairros nos arredores de Dublin, principalmente durante a noite. Grupos cercam os entregadores, que, para se proteger, fizeram um pacto: evitam atendimentos a determinados bairros irlandeses. A vítima mais recente é Alexandre Athos Pinheiro Teixeira. O goiano de 23 anos foi perseguido por um SUV enquanto entregava comidas. Levou garrafadas e foi atropelado. Sofreu uma fratura exposta na perna esquerda. Todos os ataques têm o ódio e a crueldade como fatores primordiais. Os xenófobos culpam os imigrantes pela redução das vagas

de emprego e pelo aumento da população local, o que, acreditam, eleva o preço dos aluguéis devido ao aumento da demanda e do custo de vida em geral.

Quem procura razões para tamanha violência ignora, no entanto, a maneira como se construiu a riqueza do Norte Global. A maior parte das famílias ricas europeias conquistou a ascensão social a partir do colonialismo, que, no Brasil, deixa feridas nunca superadas do ponto de vista econômico e social a partir, principalmente, da escravidão. Mas não só dela. Em seu livro *As veias abertas da América Latina*, um clássico da literatura socioeconômica sobre a história do continente, o jornalista uruguaio Eduardo Galeano afirma, com outras palavras, que o cidadão nascido nas Américas perdeu o direito até de se chamar como "americano", gentílico hoje usado para se referir somente aos estadunidenses.

Na obra, o escritor narra, historicamente, como aconteceu o desmonte imperialista no continente. Entre outras histórias, cita o caso de Potosí, cidade boliviana que chegou a ser uma das mais ricas do mundo a partir de jazidas de prata da montanha de Cerro Rico, posteriormente esgotadas pela exploração espanhola — uma história que se estende aos demais países latinos e também à África. Diante de tais constatações e por sua atenção sempre muito dedicada à agenda diplomática, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem o dever de zelar pelos brasileiros vítimas da xenofobia. Se, evidentemente, é impossível frear 100% dos casos

de violência, o Itamaraty deve prestar suporte aos brasileiros agredidos. A intermediação internacional não consegue fazer milagres, mas pode, ao menos, se mostrar preocupada com quem sofre tais injustiças.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 18.12.2024 – PÁG. 13

General preso não faz democracia

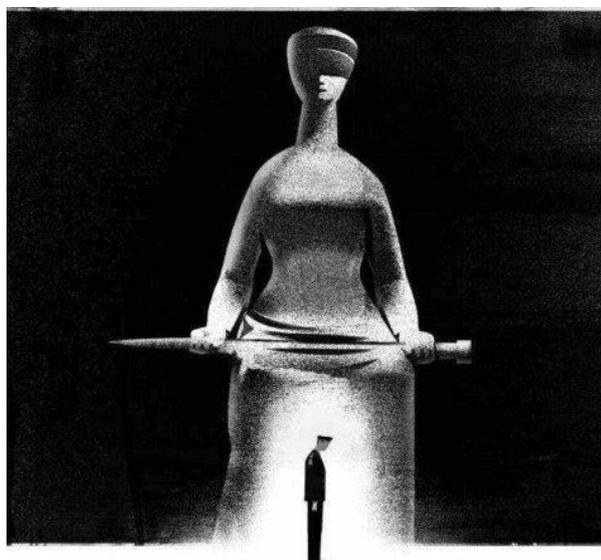
A democracia tem razões para sentir otimismo com a prisão de um general golpista, mas deve entender que generais presos não fazem tropa democrática

Cristovam Buarque

Há uma parede na sede do Correio Braziliense onde estão as páginas mais criativas e expressivas já publicadas pelo jornal. Neste domingo, a primeira página com a palavra "Preso" acima da foto do general Braga Netto merece ir para esse panteão de manchetes. Em uma palavra, todo um discurso: "as instituições civis são capazes de prender um general quatro estrelas que conspirava contra a democracia". O discurso e a manchete seriam ainda mais fortes se tivessem colocado a foto do general fardado. Ao escolher a foto com traje civil, o Correio teve o cuidado de não expor as Forças Armadas. O mesmo cuidado os democratas devem ter ao comemorar o fato de um militar golpista estar preso, sabendo que um general preso não faz a democracia.

Para tanto, é preciso que a instituição militar, toda a tropa, e que a política, todos políticos, sejam comprometidos com a ética no comportamento e nas prioridades. A democracia tem razões para sentir otimismo com a prisão de um general golpista, mas deve entender que generais presos não fazem tropa democrática. É preciso promover nova mentalidade entre os militares; e que os políticos civis sejam comprometidos com a causa pública, sensíveis aos interesses da população e íntegros no exercício dos cargos. Sem isso, ameaçam a democracia apodrecendo-a por dentro.

Apesar do farto noticiário sobre o inusitado de um general golpista preso, nenhuma pesquisa apurou ainda qual a reação da tropa à prisão. Sabe-se que os comandos estão respeitando a decisão da justiça e o trabalho da polícia, mas não se sabe se a caserna está mais indignada com a postura dos golpistas querendo impedir a posse dos vitoriosos, e até com intenção de assassiná-los, ou se estão indignados com a incompetência para levar adiante o plano. O Ministério da Defesa não parece saber ou estaria escondendo se a tropa considera Braga Netto e sua turma como criminosos golpistas traidores da Constituição e da pátria ou se patriotas incompetentes para vencer uma batalha pelo futuro do país livre do que os militares consideram corruptos civis. Não há manifestação de repúdio da tropa aos golpistas, mas há descontentamento com a falta de respeito de Braga Netto aos colegas que ele





CLIPPING

DATA

18.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

teria chamado de covardes por serem legalistas.

Em quase meio século de democracia, nenhum dos presidentes enfrentou a questão militar no Brasil: adotar formação legalista, comportamento hierárquico e não apenas protocolar em relação ao poder civil eleito, consciência democrática, respeito às instituições. Nenhum presidente expôs aos militares de hoje o conhecimento pleno dos crimes nos 21 anos de ditadura, tortura, assassinatos, covas anônimas, censura; não tentou punir os culpados. Aceita-se a permanência de um sistema que põe as armas com poder moderador sobre as urnas, contra o que julgam incompetência, corrupção ou simplesmente ideias exóticas. Sobretudo, todos os oito presidentes civis se comportam assustados e temerosos diante do poder militar.

Os políticos democratas precisam entender que os golpes ocorrem mais pelo apodrecimento interno da democracia dos civis do que por reação golpista de militares. Lembrar que parte substancial da população apoiou o golpe em 1964 e que, em 2022, apenas um milhão de eleitores barrou o presidente golpista nas urnas. O eleitorado prefere a democracia, mas não está satisfeito com o Brasil construído nos últimos 40 anos: sente que diminuiu a penúria, mas a pobreza continua, a concentração de renda se mantém e a desigualdade se transformou em apartheid social; os privilégios e benefícios foram ampliados; a produtividade não aumentou; a economia não sai de uma renda média baixa; a corrupção se espalhou e ficou normal; a violência chegou ao nível de uma guerra civil; o número de analfabetos adultos não diminuiu; o número de crianças matriculadas aumentou, mas não cresceu a percentagem dos que concluem educação de base com qualidade; o presente pode até parecer melhor, mas os anos de democracia não estão acenando para um país eficiente, sem privilégios e sem corrupção, sem pobreza, com renda bem distribuída, com juventude esperançosa e motivada.

Feliz a democracia em que um juiz legalista tem poder para prender um general golpista, mas nenhum juiz empoderado ou general preso constrói a democracia; é preciso que os políticos civis sejam respeitados e usem o sistema democrático para abolir a corrupção no comportamento e nas prioridades, atendam aos sonhos da população, enfrentem a secular questão militar do Brasil, ao ponto que a ideia de golpe não faça mais parte do imaginário dos militares.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 16.12.2024 – PÁG. A12

Comissão do Congresso aprova LDO de 2025 sem exigência de que governo persiga centro da meta fiscal

Projeto agora será votado em plenário nesta quarta-feira

Raphael Di Cunto / Jéssica Sant'Ana / Marcelo Ribeiro



A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou nesta terça-feira, em votação simbólica, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 sem a obrigação de que o governo federal persiga o centro da meta fiscal e com a possibilidade de que o Executivo faça o bloqueio de todas as emendas parlamentares, inclusive as impositivas. O texto será analisado em sessão do Congresso nesta quarta-feira, às 10h.

O senador Confúcio Moura (MDB-TO), relator da LDO de 2025, tinha acatado emenda que obriga a equipe econômica a contingenciar recursos mirando o centro da meta de resultado primário na maior parte do ano, mas recuou disso nesta terça-feira. “O governo não viu

nenhuma necessidade dessa amarra. A meta será observada o ano todo”, disse o emedebista à imprensa.

O antigo parecer, contudo, obrigava o governo a mirar o centro da meta fiscal até outubro de 2025 ao fazer os contingenciamentos de recursos necessários para atingir o déficit zero. A partir de novembro, estaria livre para buscar o limite inferior da banda de tolerância de resultado primário, que admite um déficit de até R\$ 30,97 bilhões em 2025. O projeto da LDO enviado pelo governo ao Congresso previa que o contingenciamento seria feito ao longo de todo o ano de 2025, considerando o limite inferior da meta. Foi a mesma regra adotada em 2024, o que gerou críticas de economistas, porque estimula o Executivo a evitar cortes maiores nos gastos.

O contingenciamento é um mecanismo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que obriga o governo a congelar recursos dos ministérios ou de emendas parlamentares para garantir o cumprimento da meta fiscal daquele ano. Antes do novo arcabouço fiscal, só havia um número para a meta, mas agora foram criadas “bandas” para cima e baixo para maior flexibilidade. Além disso, a CMO aprovou o bloqueio de todas as emendas parlamentares ao Orçamento e não apenas as de comissão (que são discricionárias, ou seja, não têm pagamento obrigatório). Pelo novo texto, poderão ser cortadas inclusive as emendas individuais e de bancadas estaduais, que são impositivas.

O Legislativo discute, em um dos projetos do pacote fiscal, a permissão para que o governo bloqueie até 15% das emendas parlamentares se houver alta em outras despesas obrigatórias que ameace o limite do novo arcabouço fiscal. Esse corte ocorreria na mesma proporção das despesas discricionárias do Executivo. A CMO também aprovou pedido do governo Lula (PT) para mudar regras válidas para as estatais dependentes do Tesouro Nacional. Atualmente, são 17 empresas nessa condição. “É uma medida para que as estatais

deixem de ser dependentes gradualmente e possam arrecadar e investir com recursos próprios”, disse o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

De acordo com o relatório, elas vão poder fechar “contratos de gestão” com os seus ministérios supervisores. Dessa forma, as receitas próprias das estatais dependentes — o que elas conseguirem arrecadar a partir de contratos privados — vão sair do Orçamento Geral da União (OGU) e vão para o Programa de Dispêndios Globais (PDG), um anexo do Orçamento com o detalhamento das receitas e despesas das estatais federais não dependentes. A mudança deve abrir um pequeno espaço dentro do limite de gastos do Orçamento do próximo ano, o que gera preocupação de especialistas, devido aos precedentes para excepcionalização de despesas do arcabouço. Outro alerta é que, com um contrato de gestão, as estatais dependentes poderiam emitir dívida, a depender de como será feita a regulamentação desses contratos.

A CMO fez apenas uma pequena alteração nessa proposta nesta terça-feira e estabeleceu que os contratos de gestão não poderão ter aumento maior que o IPCA a partir de 2026, para evitar que o governo passe a inflar as estatais. “Fui procurado pela Telebras e pela empresa de armas do Exército para se livrarem das amarras do Orçamento. A Telebras tem R\$ 1 bilhão em caixa e não pode gastar por isso”, disse Moura.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 18.12.2024– PÁG. E1

Fundos imobiliários vencem no Carf disputa com a Receita

Decisão da 1ª Turma da 1ª Câmara da 1ª Seção foi unânime a favor do contribuinte

Arthur Rosa / Laura Ignacio

Os fundos de investimento imobiliário (FIIs) conseguiram um importante precedente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Os conselheiros da 1ª Turma da 1ª Câmara da 1ª Seção entenderam que os beneficiários de um fundo também podem ser controladores do empreendimento imobiliário - objeto de seus investimentos - sem gerar a equiparação com empresa e a consequente cobrança de Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins. A decisão é importante, segundo especialistas, porque a disputa sobre o assunto está acirrada no tribunal administrativo federal e houve unanimidade de votos a favor do contribuinte. Há pelos menos dois julgados na Câmara Superior - última instância do Carf. Um favorável às empresas e outro à Fazenda Nacional.



Em geral, os fundos de investimento imobiliário não são diretamente tributados. E os seus beneficiários ou são isentos, quando atendidos alguns requisitos, ou somente pagam impostos com a distribuição dos resultados. Contudo, a Lei nº 9.779, de 1999, que regulamentou os fundos, criou um limite para evitar



CLIPPING

DATA
18.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
21 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

concorrência predatória com as pessoas jurídicas que exploram as mesmas atividades - como incorporadoras e locadores de imóveis. O artigo 2º da norma prevê que um fundo, para manter a vantagem fiscal, não pode aplicar recursos “em empreendimento imobiliário que tenha como incorporador, construtor ou sócio, quotista que possua, isoladamente ou em conjunto com pessoa a ele ligada, mais de 25% das quotas”. Se a regra não for cumprida, aplica-se a tributação prevista para as empresas.

O caso julgado agora refere-se a dois fundos que exploram o empreendimento Shopping Parque Dom Pedro, em Campinas (SP). A autuação é de quase R\$ 400 milhões, incluídos juros de mora e multa de ofício de 75%. O procedimento fiscal iniciou-se em razão de representação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que apontou indícios de irregularidades - cotistas detentores de mais de 25% das quotas emitidas.

Decisão, além de ser muito boa tecnicamente, é unânime” — Bruno Fajersztajn

No caso, a Receita Federal equiparou os fundos à pessoa jurídica por entender que Aliansce Sonae (hoje Allos) é controladora da Sierra Investimentos, cotista que seria construtora, incorporadora e sócia do empreendimento Shopping Parque Dom Pedro e que detém mais 25% das cotas dos fundos. Portanto, para a fiscalização, haveria participação indireta da Aliansce Sonae nos fundos.

Em seu voto, porém, o relator do caso, conselheiro Efigênio de Freitas Júnior, entendeu que, ainda que figure como sócia do empreendimento imobiliário Shopping Parque Dom Pedro e seja controladora da Sierra Investimentos, a Aliansce Sonae não é cotista do fundo. Tal participação, acrescenta, “se dá de forma indireta e não direta”. “A meu ver tal participação indireta não atrai a regra de equiparação de FII à pessoa jurídica, exceto na hipótese de dolo, fraude ou simulação”, diz ele em seu voto. “Para fins de interpretação do artigo 2ª da Lei nº 9.779/1999, sócio é aquele que detém participação no capital social. De igual forma, a figura do quotista exige participação direta e não indireta. Daí minha divergência em relação ao posicionamento da Fazenda Nacional” (processo nº 16327.720170/2023-66).

O relator aponta, em seu voto, que, no âmbito do Carf, a posição é dividida e há julgados em ambos os sentidos. Há acórdãos, segundo ele, que entendem que se quotista do fundo de investimento imobiliário possuir o controle de empresa participante do empreendimento imobiliário, o fundo sujeita-se à tributação aplicável às demais pessoas jurídicas. No ano de 2022, os contribuintes conquistaram um precedente importante na Câmara Superior do Carf, por maioria de votos. A 1ª Turma entendeu que os beneficiários de um fundo também podem ser controladores do empreendimento imobiliário, objeto de seus investimentos, sem gerar a equiparação com empresa e a consequente cobrança de impostos. Era o caso do Fundo Península, pertencente ao empresário Abilio Diniz. Com a decisão, foi afastada cobrança de IRPJ e CSLL (processo nº 16327.001752/2010-25).

Caio Cesar Nader Quintella, ex-conselheiro e sócio de Nader Quintella Advogados, lembra que, desde 2022, não havia julgamento novo no Carf. “O impacto é tremendo. Agora os fundos, e todos que têm autuação ou se submetem a esse risco, podem reavaliar a probabilidade de vencer no Carf. Isso destrava o uso da estrutura em operações que não iam para frente por esse risco e incerteza, além de poder até liberar valores antes mantidos em provisão”, diz o advogado. Bruno Fajersztajn, do escritório Mariz de Oliveira e Siqueira Campos Advogados, que defendeu Aliansce Sonae, destaca que a decisão, além de ser muito boa tecnicamente, é unânime, o que “é raro em temas polêmicos”. “É uma decisão que esclarece a interpretação da lei e dá uma perspectiva favorável aos contribuintes. É o entendimento que eles sempre adotaram.”

Para o especialista Diego Miguita, sócio da prática de tributário do Tauil & Chequer Advogados, “o acórdão é extremamente acertado quando fala que, no momento em que a lei faz a equiparação entre cotistas, a relação ou vinculação tem que ser feita a nível de cotista e não entre cotista e um terceiro”, afirma. Segundo o tributarista, para chegar aos 25% das cotas para a configuração de pessoa jurídica, a Receita tem considerado a soma das cotas de “partes ligadas”. E a recente decisão do Carf, portanto, afasta esse raciocínio.

Em nota ao Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informa que a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) tem acórdão favorável à União em caso análogo (nº 9101-004.090). E que “o processo será analisado pela Fazenda, pois o recurso para a CSRF depende de caracterização de divergência jurisprudencial”. O caso a que se refere a Fazenda Nacional também envolve o Fundo de Investimento Imobiliário Península, só que a cobrança era relativa ao PIS e à Cofins. Em seu voto, a relatora, conselheira Cristiane Silva Costa, que foi seguida à unanimidade, entendeu que “o controle indireto, do fundo, pela família ‘Abilio Diniz’ atrai a aplicação da regra do artigo 2º, da Lei nº 9.779, na medida em que também figuram como proprietários do empreendimento imobiliário”.

STF julga se recreio deve ser incluído no cálculo de salário

Os processos sobre o tema estão parados em todo o país, desde o mês de março

Luiza Calegari

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou julgar mais uma polêmica questão trabalhista: se o intervalo de recreio entre as aulas deve entrar automaticamente no cálculo do salário dos professores na rede privada, sejam de ensino fundamental, médio ou superior. O julgamento foi iniciado na sexta-feira no Plenário Virtual, mas só será finalizado no dia 3 de fevereiro, devido ao recesso judicial. A questão já estava pacificada no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os ministros entenderam que o período do recreio deve fazer parte desse cálculo. Mas a Associação Brasileira das Mantenedoras de Faculdades (Abrafi) questiona a posição por meio de uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).



A entidade alega que o TST infringiu os limites de sua competência, incorrendo em ofensa aos preceitos constitucionais da legalidade, da reserva legal e da separação dos poderes. Também sustenta que o TST deixou de considerar que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê intervalo intrajornada obrigatório para expedientes superiores a quatro horas de trabalho contínuo (ADPF 1058). Ao prestar esclarecimentos ao Supremo na ação, a presidência do TST defendeu que o tempo exíguo entre as aulas impossibilita que o empregado da escola exerça atividades que não se relacionem com a docência. Assim, na prática, os trabalhadores permanecem à disposição do empregador, “utilizando o período, inclusive, para dirimir dúvidas dos



CLIPPING

DATA

18.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

alunos”.

Os processos sobre o tema estão paralisados (sobrestados) em todo o país, desde o mês de março. Na ocasião, o relator do caso, ministro Gilmar Mendes, concedeu uma liminar que suspendeu os efeitos de decisões que aplicaram a tese do TST, até que o STF defina a questão. Gilmar Mendes votou para declarar a inconstitucionalidade da presunção absoluta de que o intervalo de recreio escolar constitui, necessariamente, tempo em que o professor se encontra à disposição do empregador. Segundo ele, como não há lei específica sobre o tema, a decisão sobre o tempo à disposição do empregador deve ser fundada, obrigatoriamente, “nas particularidades fáticas do caso concreto”.

Para o decano, a presunção absoluta, que não admite prova em contrário, não tem previsão em lei, contrariando o princípio da legalidade; desvirtua o ambiente negocial, interferindo na livre iniciativa; e ofende a autonomia da vontade coletiva de professores e instituições de ensino. Ele foi acompanhado, até o momento, pelo ministro Dias Toffoli. Abriu a divergência o ministro Flávio Dino. Ele explicou que o tempo à disposição do empregador, que consiste nos intervalos em que ele está no local de trabalho esperando ordens, não pode ser confundido com o intervalo intrajornada previsto na CLT, que normalmente configura a pausa para o almoço e é descontado do pagamento do trabalhador.

Nesse caso, afirma o ministro, não caberia estender a eficácia do regime excepcional, como o dos intervalos intrajornada, “por vontade unilateral do empregador, a outras pausas ou intervalos atípicos, tal como o recreio escolar”. “Achando-se o empregado no centro de trabalho, à disposição do empregador, estará cumprindo sua jornada para todos os efeitos, independentemente de estar efetivamente prestando serviços ou não”, destaca. Dino ainda diferenciou a situação dos professores antes e depois da reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017), que aumentou o limite da jornada laboral da categoria. Até a edição da nova lei, os professores não podiam trabalhar mais de 4 horas, e, assim, não teriam direito ao intervalo intrajornada.

A reforma, no entanto, extinguiu a jornada especial dos professores e eles passaram a se sujeitar às regras comuns, inclusive quanto à duração normal da jornada. Nessa situação, uma única pausa na jornada diária de 8 horas produz os efeitos do intervalo intrajornada. Assim, conforme defende Dino, qualquer outro intervalo passou a configurar mera liberalidade e a ser considerado tempo à disposição. Flávio Dino propôs a seguinte tese: “Tanto o recreio escolar (educação básica) quanto o intervalo de aula (educação superior) constituem, em regra, tempo do professor à disposição (CLT, artigo 4º, ‘caput’); excepcionalmente, tais períodos não serão computados na jornada, quando o docente adentrar ou permanecer no local de trabalho, voluntariamente, para exercer atividades exclusivamente particulares (CLT, artigo 4º, parágrafo 2º), conforme análise caso a caso pela Justiça do Trabalho”. Ele já foi acompanhado por Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Luís Roberto Barroso.

Jorge Matsumoto, sócio do Bichara Advogados, acredita que, se a ADPF for procedente, as instituições de ensino particulares serão beneficiadas com maior segurança jurídica e um “alívio financeiro significativo”. “A exclusão da presunção absoluta de que o recreio dos professores integra automaticamente a jornada de trabalho evitará a criação de passivos trabalhistas substanciais, principalmente para escolas menores, que enfrentam maior dificuldade em lidar com custos adicionais”, afirma. Para a sociedade, no caso de a ação ser julgada procedente, como aumentará o custo das instituições, acrescenta, pode haver impacto financeiro indireto. “Pequenas instituições, em particular, poderão enfrentar dificuldades econômicas, levando à

necessidade de repassar esses custos para as mensalidades escolares, o que prejudicará o acesso à educação privada.”

Antônio Carlos Souza de Carvalho, sócio do Souza de Carvalho Sociedade de Advogados, entende que o voto de Dino traz a interpretação mais justa. “Se durante o intervalo o professor permanece na escola desempenhando atividades que não correspondem ao trabalho para o qual ele foi contratado, não nos parece razoável presumir que isso seja considerado tempo de trabalho”, afirma. “Mas se essa disponibilidade for imposta tanto por ordem direta quanto por mera decorrência da grade horária, também não nos parece razoável que isso não seja considerado tempo de trabalho”, acrescenta.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 18.12.2024 – PÁG. E2

Os desafios das empresas com a advocacia predatória

Precisamos de uma atuação mais enérgica da OAB, por meio de seus Tribunais de Ética, para aplicar sanções administrativas e disciplinares aos advogados que atuam em lides abusivas

Vólia Bomfim e Rodrigo Farias

As empresas devem estar atentas ao espetacular aumento de casos de advocacia predatória, que vem assolando os tribunais trabalhistas de todo o país. O fenômeno, que diminui a nobre missão da advocacia, não apenas gera prejuízos econômicos, mas vem causando danos à sociedade brasileira, ao inflar a Justiça e prejudicar a sua eficiência e celeridade. A litigância abusiva e predatória representa, portanto, um desvio do propósito legítimo do acesso à justiça e se caracteriza pelo uso excessivo e indevido do processo judicial, com o objetivo de obter vantagens indevidas ou prejudicar adversários.

O tema, de crescente relevância no cenário jurídico contemporâneo, já alcançou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ambos têm se posicionado em relação ao modus operandi de escritórios, que promovem demandas judiciais abusivas, cooptando ativamente clientes, sob a promessa de indenizações exorbitantes; fabricando fatos inverídicos; algumas vezes interpondo massivas ações judiciais, utilizando-se do Poder Judiciário para obter vantagens econômicas; ou para derrubar concorrentes ou atingir grandes empresas, contando com a desatenção de seus advogados ou fragilidade de produção de provas.

Trata-se de ajuizamento de ações que segue um determinado padrão. Podemos elencar aqui algumas práticas ditas “endoprocessuais”, como (i) petições iniciais com causa de pedir vaga e genérica; (ii) documentos com assinatura digital não lançada conforme as normas do ICP-Brasil; (iii) procuração genérica e/ou com campos em branco, com data de outorga anterior ao ajuizamento da ação; e ainda práticas “extraprocessuais” que envolvem pressões sobre juízes, oferta de presentes e benefícios e outras condutas que comprometem a imparcialidade do juiz.





CLIPPING

DATA

18.12.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Noutro giro, por absoluta cautela, faz-se preciso clarear que a distribuição de ações em massa não representa necessariamente uma irregularidade, uma vez que existem escritórios especializados em determinados segmentos. É preciso, contudo, ficar atento a detalhes que poderiam indicar uma ação coordenada e predatória, que envolve a captação de funcionários, alguns sem vínculo de emprego atual com a empresa ré no processo e sem vínculo previdenciário ou inscrições no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

Ressalte-se, ainda, que existe uma diferença clara entre a captação de clientes, que - embora possa ser considerada prática antiética - não se evidencia como crime, e a litigância predatória propriamente dita. Não se busca tampouco neste artigo abordar as ações massivas direcionadas aos devedores contumazes, que, de fato, devem responder na Justiça do Trabalho à eventuais violações aos direitos dos seus empregados, mas sim, os atos maliciosos praticados por alguns escritórios. O que já ficou claro para o Judiciário é que um volume de ações idênticas, concentradas nos mesmos escritórios, com fatos semelhantes apresentados contra a mesma empresa, podem envolver profissionais do Direito predadores, determinados a abocanhar cifras milionárias das empresas. São casos que têm gerado perplexidade e indignação no mundo Jurídico e empresarial.

O cenário se agravou nos últimos anos com o avanço da tecnologia, da disseminação da assinatura digital e da digitalização de documentos, esta obrigatória no novo sistema do PJe. Em algumas lides predatórias as assinaturas das procurações são idênticas e, em outras, o autor da ação desconhece o advogado e o próprio processo judicial, ou, ainda, não autorizou o processo ou nomeou aquele advogado. O que as empresas podem fazer? A pergunta é de difícil resposta, mas não significa que estamos estacionados no terreno da retórica. Como medidas protetivas sugerimos a implementação de mecanismos institucionais de planejamento, controle e de gestão, a fim de evitar fragilidades estruturais e jurídicas, a ampliação dos investimentos em uma compliance robusta e a contratação de advogados comprometidos.

Louvando a iniciativas do CNJ e do TST de tratarem a problemática com especial atenção, é preciso continuar avançando nas apurações e no aspecto punitivo. Nos Tribunais de Justiça de todo o país foram implementados Núcleos de Monitoramento do Perfil de Demandas (Numopede), que centralizam o recebimento de denúncias e monitoram a distribuição de processos, com o intuito de identificar práticas fraudulentas. Em que pese a esmagadora maioria dos advogados ser formada por profissionais habilitados e probos, se comprovados o abuso e a falta de cooperação, o advogado estará sujeito à responsabilização processual pela litigância de má-fé. Já na esfera penal, a conduta ilícita provocará a atuação do Ministério Público e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). E no campo civil, o advogado responderá por danos morais e materiais que a vítima comprovar ter suportado pelo não cumprimento de seus deveres funcionais, se demonstrado dolo ou culpa.

Por fim, precisamos de uma atuação mais enérgica da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por meio de seus Tribunais de Ética, aplicando sanções administrativas e disciplinares aos advogados que atuam em lides abusivas. Também servirá para a correção dessa conduta a realização de treinamentos, cursos, oficinas e eventos que ampliem o esclarecimento e a possibilidade de enfrentamento a estas manobras abusivas. Somente assim será possível uma solução, concreta e à altura do número de prejudicados, evitando que as empresas sejam injustamente demandadas, impondo-lhes eventualmente prejuízos econômicos volumosos, e, efetivamente, combater a advocacia predatória no país.

DATA COMEMORATIVA DO DIA- SEBIB

Dia 18 de dezembro - Dia do Museólogo



O Dia do Museólogo é comemorado anualmente em 18 de dezembro. A data foi instituída em 31 de maio de 2004, em decreto presidencial, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No dia dedicado ao profissional da museologia, o objetivo é não só homenagear os museólogos, mas principalmente reconhecer a importância dessa profissão, a qual é regulamentada pela Lei n.º 7.287, de 18 de dezembro de 1984, e pelo Decreto 91.775 de 15 de outubro de 1985.

Para ser um profissional dessa área é necessária formação acadêmica em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, Mestrado ou Doutorado em Museologia ou possuir diploma de ensino superior e experiência comprovada de pelo menos 5 anos no âmbito da Museologia anteriores a promulgação da Lei n.º 7.287.

Dentre outras funções, os museólogos organizam acervos, cuidam da sua conservação e coordenam exposições.

São eles os responsáveis também por:

Promover a preservação cultural e, assim, garantir o respeito e valorização da nossa identidade. Supervisionar, organizar e administrar museus, exposições e atividades que promovem a educação e a cultura. Conduzir estudos e pesquisas para ampliar informações do patrimônio museológico. Periciar e avaliar a autenticidade e o caráter histórico, científico ou artístico do acervo museológico.